



Abordagem espacial e social na geografia escolar: A geografiCIDADE do setor de Uberlândia-MG

Ellis Roza Passos
ellis.passos@ufu.br¹

Lidiane Aparecida Alves
lidianeaa@ufu.br²

Resumo

O artigo discorre sobre os pressupostos e encaminhamentos metodológicos para o estudo do espaço geográfico e, que devem alicerçar o ensino de Geografia, a partir da apreensão e reflexão sobre a realidade dos lugares onde se vive. Logo, o presente artigo tem como objetivo central considerar a dinâmica e a complexidade do espaço urbano tendo como ponto de partida as paisagens dos lugares da vida cotidiana citadina para estimular a construção do pensar geográfico, o pensamento crítico e a consciência espacial. Para alcançar o objetivo exposto é necessário recorrer às categorias/conceitos geográficos, as quais serão explicitadas na primeira parte do texto; a seguir, discorre-se sobre as possibilidades metodológicas para ensino de Geografia e, por fim, considera-se na realidade urbana do Setor Sul da cidade de Uberlândia, e a materialização de tais conceitos.

Palavras-chave: Espaço urbano; Raciocínio geográfico; Ensino de Geografia.

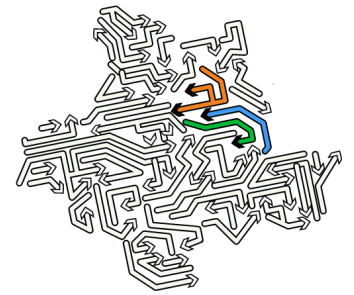
Introdução

O interesse no estudo sobre o espaço urbano parte da curiosidade de compreender como a desigualdade social vivida no lugar se manifesta visivelmente na paisagem, e quais são as suas complexidades e processos que são desassociáveis da forma dada a essa organização espacial. Além de observar na paisagem pelo que está visível aos nossos olhos e presente nos demais sentidos, é possível reconhecer mazelas sociais como a desigualdade e a

¹ Discente do curso de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia.

² Professora do Colégio de Aplicação Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo investimento feito para o desenvolvimento e realização deste trabalho.



sua (re)produção, pela organização e fragmentação do espaço por agentes sociais presentes nessa constante transformação espacial.

A paisagem, que é uma categoria importante para a Geografia, pode auxiliar como ponto de partida para o entendimento desses processos que (re)produzem desigualdades no espaço pelo ensino de geografia, a partir da observação do lugar de vivência do indivíduo, sua práxis, e caminhando pelos princípios do raciocínio geográfico. Sua construção parte do particular e do lugar de vivência, segue para o processo de observação das paisagens produzidas no espaço urbano capitalista, contribui no entendimento dos processos através dos princípios lógicos da geografia, e chega na totalidade do espaço geográfico com toda a complexidade das relações sociais que compõem o espaço.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é contribuir para a compreensão socioespacial do/no espaço urbano, partindo da observação da paisagem e chegando à totalidade o espaço geográfico no ensino de Geografia. Essa proposição busca considerar a totalidade social em sua espacialização, ou seja, explicar o particular/específico sem isolá-lo, assim como abordar as transformações do espaço a partir das relações homem-meio e homem-homem, construindo assim um raciocínio geográfico. Para alcançar o objetivo exposto é necessário recorrer às categorias/conceitos geográficos, as quais serão explicitadas na primeira parte do texto; a seguir, discorre-se sobre as possibilidades metodológicas para ensino de Geografia e, por fim, considera-se na realidade urbana do Setor Sul da cidade de Uberlândia, e a materialização de tais conceitos.

Quanto à metodologia, esse trabalho se baseou no método de pesquisa bibliográfica, em que se utiliza fontes secundárias para aprofundamento do assunto de interesse a partir da leitura de livros, trabalhos, monografias, dissertações e teses. A importância do método de pesquisa bibliográfica para esse trabalho é de conhecer e compreender o que já foi produzido, e basear-se na contribuição desses escritos para a percepção do espaço urbano, do raciocínio geográfico, e do tripé metodológico para o ensino de geografia.

O espaço e a paisagem urbana

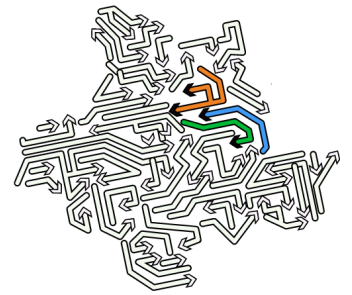
O espaço urbano, objeto de estudo da Geografia, é lugar de constantes transformações, em que os processos de sua produção são realizados por agentes sociais que organizam e reorganizam o espaço de acordo com seus interesses. Os grandes produtores do espaço urbano são os detentores dos meios de produção e donos de grande capital, os incorporadores



imobiliários, os proprietários fundiários e o próprio Estado capitalista, que ocupam e determinam os espaços que são privilegiados com amenidades físicas, sociais e econômicas dentro da lógica intraurbana, e conflitam com os grupos sociais excluídos dessas benesses. Com a capacidade de transformar o espaço de acordo com os seus interesses, eles (re)produzem a fragmentação socioespacial, para obedecer à acumulação do capital e geram conflitos sociais materializados na cidade ao longo do tempo. Logo, o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 2005, p. 12).

Na perspectiva da organização intraurbana, Santos (2008, p.220) ressalta que a morfologia do tecido urbano é reflexo fiel de uma realidade econômica e social definida em determinado contexto histórico. Portanto, ainda que não haja áreas de usos do solo exclusivos, há na cidade uma divisão territorial do trabalho, que possibilita o reconhecimento de setores com predomínio de usos de solo, bem como uma divisão social do espaço, materializada na distribuição socioeconômica da população. Entende-se que, no espaço urbano, as infraestruturas necessárias para habitação, produção industrial e comercial, e locomoção são privilegiadas em espaços que possuem interesse de se obter mais lucro nas transações da venda de terras e na construção civil.

Às periferias urbanas resta o pior acesso à mobilidade, estrutural, serviços públicos e segurança, e se acontece, é por forte pressão popular pela regularização daquele loteamento e melhora na infraestrutura. O Instituto Pólis (2022, s.p) no estudo “racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” destaca que há uma sobreposição da distribuição desigual das riquezas, das infraestruturas e dos serviços básicos e com a situação de risco, que a afetam desproporcionalmente esses grupos populacionais, que pela falta de alternativas habitam as áreas que não tem valor no mercado formal. Portanto, nos termos do estudo “a distribuição desigual desses riscos segue o modelo da própria urbanização, que historicamente tem se estruturado enquanto espaço excludente e racialmente definido” (INSTITUTO PÓLIS, 2022, s.p).



Tais desigualdades são reproduzidas cotidianamente e podem ser percebidas no espaço urbano a partir da observação de suas paisagens.

Milton Santos (1997) descreve que paisagem é tudo que se vê e é tudo que se sente, essa constatação faz parte da percepção do que é visível, mas também o que é invisível na paisagem: é "Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc." (SANTOS, 1997, p. 61). A paisagem enquanto resultados de interações sociais, também produz o invisível, e o invisível pode ser percebido através dessas relações e organizações pelo espaço-tempo a partir de suas demandas. Entende-se que a paisagem não pode ser compreendida completamente apenas por aquilo que é visto, mas por aquilo que é construído pela sociedade ao longo de sua história.

Para compreender a paisagem é necessário que cada parte de sua formação e transformação seja estudada a fundo, assim como a totalidade desses processos e a produção e reprodução da desigualdade. Dessa forma, o sujeito pode treinar o seu olhar para as suas complexidades da paisagem, iniciando pelo visível (pela forma e função) e seguir para o invisível (estrutura e processo).

Um caminho para o entendimento do espaço geográfico

Um dos caminhos para o entendimento do espaço geográfico, especificamente o espaço urbano, perpassa pelo conhecimento do lugar onde o sujeito habita, levando em consideração sua vivência no dia a dia para a compreensão dos processos que organizam e fragmentam a cidade, das dinâmicas sociais que estão ligadas a questões estruturais da sociedade, assim como a (re)produção da desigualdade social.

O primeiro contato que o indivíduo tem com esse lugar de vivência é através da paisagem, que faz parte do que é visível e sensível, cheio de significados e memórias. É a partir da observação e análise das paisagens que compõem sua realidade, e do interesse em geografia (mesmo que imperceptível num primeiro momento), é que surgem questionamentos sobre a paisagem considerando sua localização, qual é a função daquela forma identificada, e o porquê ela existe no espaço urbano: “porque não tem praças e parques no bairro?”, “Por que tem pouco acesso ao transporte público onde eu moro?”, “Por que não ainda tem tratamento de esgoto em certos lugares da cidade?”.



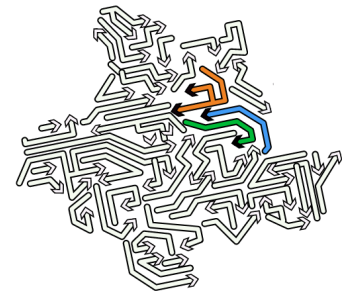
O raciocínio geográfico, segundo Souza (2013) apud Roque Ascensão, Valadão, Silva (2018, p.42) é entendido como o *modus operandi* do intelecto fundamental para a

compreensão da espacialidade do fenômeno e da decodificação das Práticas Espaciais, em outros termos reconhecer como o espaço é produzido socialmente. A sua importância é tanto para o estudante que aprende geografia na escola, quanto para todo e qualquer indivíduo da sociedade, para compreender o lugar onde habita, quais são os fenômenos socioespaciais presentes nas paisagens dentro da cidade, e como os processos, por exemplo a fragmentação socioespacial, fazem parte do espaço geográfico e da realidade social que o sujeito está inserido.

Para Cavalcanti (1998), o pensar geográfico é necessário para a construção do indivíduo enquanto cidadão, além de contribuir para a compreensão de fenômenos complexos que fazem parte do espaço geográfico, e possibilitar ações pelo direito à cidadania e apropriação dos espaços públicos que envolve o cotidiano citadino.

[...] o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais. (CAVALCANTI, 1998, p.11).

Ruy Moreira em sua obra “Pensar e ser em Geografia” (2008), traz uma proposição de estudo do espaço geográfico no ensino de Geografia, considerando todas as complexas dinâmicas que envolve a reprodução do espaço, utilizando das categorias e conceitos estabelecidos no campo de estudo geográfico. Assim, o raciocínio geográfico pode ser construído perpassando pelos princípios lógicos da geografia que são a localização, distribuição, rede, conexão, extensão, delimitação e a escala. São eles, segundo Moreira (2008, p. 117), essenciais para o entendimento e a apropriação dos conceitos estruturantes de paisagem, território e o espaço, e fundamentais para o método e ensino de Geografia. Por meio da paisagem, parte-se para a compreensão do território e suas particularidades e a compreensão da totalidade do espaço geográfico.



Tudo na geografia começa então com os princípios lógicos. Primeiro é preciso localizar o fenômeno na paisagem. O conjunto das localizações dá o quadro da distribuição. Vem, então, a distância entre as localizações dentro da distribuição. E com a rede e conexão das distâncias vem a extensão, que já é o princípio da unidade do espaço (ou do espaço como princípio da unidade). A seguir vem a delimitação dos recortes dentro da extensão, surgindo o território. E, por fim, do encruzamento desses recortes surge a escala e temos o espaço constituído em toda a sua complexidade. (MOREIRA, 2008, p. 117)

A operacionalização desses princípios lógicos para o entendimento das categorias da geografia pode contribuir na apreensão de fatores e processos que produzem o espaço, como a fragmentação socioespacial que é capaz de (re)produzir a desigualdade social no espaço urbano. Considerando metodologias para o ensino de Geografia, ressalta o tripé metodológico de Roque Ascensão, Valadão e Silva (2018), que consiste em responder onde (localizar), como (descrever) e por quê? (interpretar) sobre os fenômenos espaciais:

Com fins de proceder a elucidação da espacialidade realiza-se o movimento de leitura do fenômeno considerando sua localização, tomada sempre considerando a articulação com a identificação de suas características, fruto das interações entre os componentes do espaço onde ocorre descrição. A partir da conjugação entre essas ações (localização e descrição) segue-se a sistematização e a interpretação da prática espacial revelada pela leitura da espacialidade em tela. (ROQUE ASCENÇÃO, VALADÃO, SILVA, 2018, p. 38-39)

Segundo a proposição dos autores, o tripé metodológico consiste em operacionalizar os conceitos estruturantes da geografia para compreender fenômenos espaciais e seus processos no ensino. Sendo que: “onde?” (localizar) não se trata apenas do espaço cartesiano, que é restrito por meio do sistema de coordenadas geográficas, mas sim contextualizar para “indicar os atributos do fenômeno e dos demais constituintes do espaço onde esse se materializa/materializou” (ROQUE ASCENÇÃO, VALADÃO, SILVA, 2018, p. 39); “como?” (descrever), refere-se à descrição da distribuição dos atributos do fenômeno; e o “por quê?” (interpretar) é a “produção de interpretações” possíveis para o que foi levantado nos dois questionamentos anteriores. Essas operações do tripé metodológico ajudam a introduzir o indivíduo ao raciocínio geográfico no ensino, a articular conceitos caros à geografia, e no entendimento da complexidade que as relações homem-homem e homem-meio produzem no espaço geográfico.

Quanto às complexidades existentes nesses processos espaciais, nós vivemos em um mundo globalizado, ou uma globalização perversa de acordo com Milton Santos (2008, p.



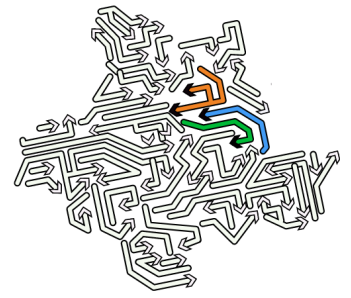
19), que ainda não contempla todas as pessoas do mundo porque suas benesses não chegam para todas as classes. No livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” publicado no ano 2000, Santos alerta para uma sociedade cada vez mais fragmentada pelo neoliberalismo, que reflete no espaço geográfico, na medida em que “Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.” (SANTOS, 2008, p. 39).

A sociedade brasileira se vê cada vez mais condicionada a interesses mercadológicos, ainda mais nos dias de hoje em que a lógica neoliberalista molda as relações homem-homem e homem-meio de acordo com os seus interesses, que é acúmulo de riquezas dos agentes sociais com maior poder. Para isso, condiciona-se a sociedade ao individualismo, competitividade, e perda de ações coletivas e noção de solidariedade.

Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (SANTOS, 2008, p. 19)

Esse movimento é o que torna cada vez mais complicado compreender as práticas sociais e espaciais, porque a transformação da paisagem (na progressão do raciocínio geográfico para o ensino, partindo da paisagem, para o espaço geográfico, que é a totalidade) não é espontânea nem neutra, mas repleto de complexidades. O espaço urbano torna-se diariamente, pela sua dinâmica mutável, lugar de contradições, riqueza e pobreza, da divisão do trabalho no território, e de tensões entre os interesses da classe dominante e daqueles que lutam direito à moradia e melhores condições de vida.

Espera-se que a operacionalização do tripé metodológico, usando a paisagem como conceito estruturante inicial para aproximação com o lugar cotidiano, contribua para a compreensão do processo de fragmentação socioespacial e a desigualdade reproduzida no espaço urbano e a consciência espacial. Cavalcanti (2013, p. 128) salienta que formar uma consciência espacial, um raciocínio geográfico, “[...] é mais que conhecer e localizar, é analisar, é sentir, é compreender a espacialidade das práticas sociais para poder intervir nelas a partir de convicções”. Saindo do particular e chegando ao pensamento mais abstrato, necessário para compreender a complexidade do mundo atual (globalização perversa), esse raciocínio geográfico precisa abarcar em seu papel para a práxis desse sujeito:



[...] É preciso, portanto, formar uma consciência espacial para a prática da cidadania, o que significa tanto compreender a geografia das coisas, para poder manipulá-las melhor no cotidiano, quanto conhecer a dinâmica espacial das práticas cotidianas ‘inocentes’, para dar um sentido mais genérico (mais crítico, mais profundo) a elas. (CAVALCANTI, 2013, p. 128).

A paisagem do Setor Sul e o raciocínio geográfico

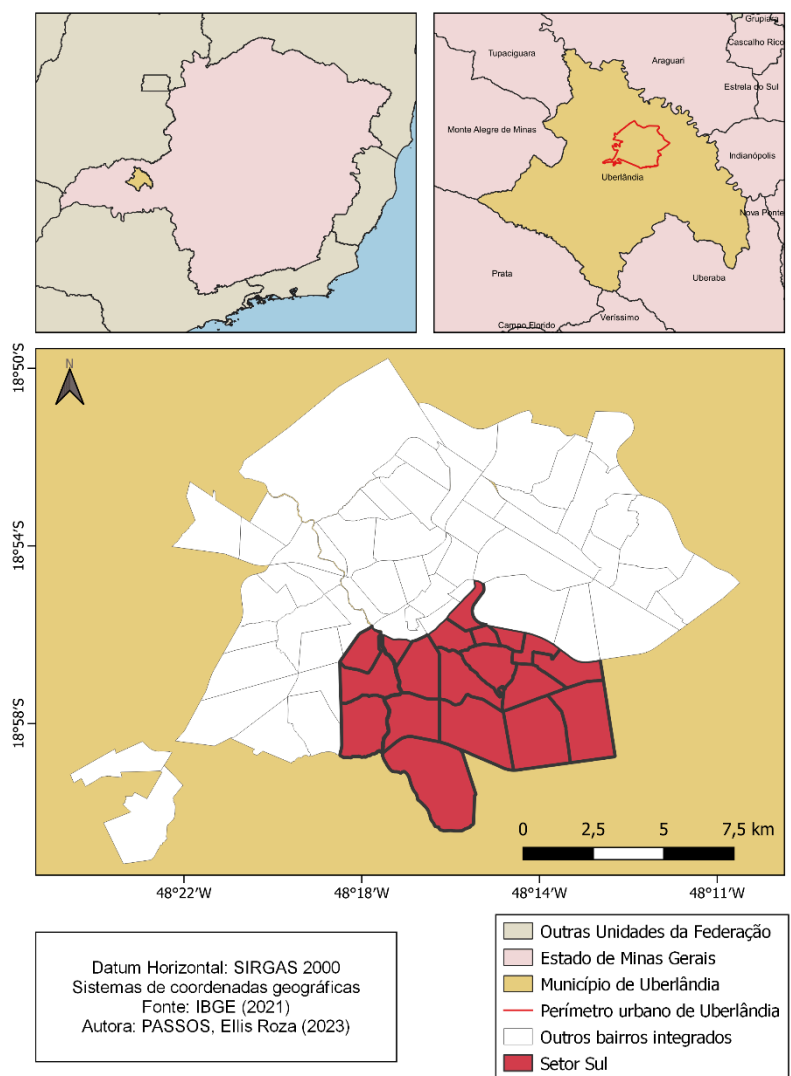
Para interpretar a paisagem e a (re)produção das desigualdades dentro da cidade, foi escolhido o Setor Sul de Uberlândia-MG como proposta para uma investigação crítica do espaço urbano, por entre o raciocínio geográfico. Nesse encaminhamento, o tripé metodológico e os princípios lógicos foram usados como metodologia para pensar o Setor Sul, com destaque para a materialização das paisagens, utilizando mapas e fotografias para desenvolver esses conceitos nessa análise.

Inicialmente, considerando o tripé metodológico e os princípios lógicos, partimos de “onde” está o Setor Sul de Uberlândia. É possível desenvolver uma resposta usando os princípios de localização, sendo sua definição a “Posição particular de um objeto na superfície terrestre.” (BRASIL, 2018); e o princípio de escala, que “[...] significa na geografia tanto a fração de divisão de uma superfície representada [geográfica], como também um indicador do tamanho do espaço considerado, nesse caso uma classificação das ordens de grandeza [cartográfica]” (CASTRO, 2000, p. 119).

O Setor Sul está localizado na área urbana do município de Uberlândia, que faz parte da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ao leste do estado de Minas Gerais (mapa 1). Estado que esse que faz parte da região sudeste do Brasil, sendo um país localizado no sul do continente americano. Observa-se a escala geográfica e a escala cartográfica nesse exercício, levando em conta o Setor Sul como fração da superfície representada no mapa, e as várias escalas e porções do espaço que revelam a localização desse espaço em Uberlândia.

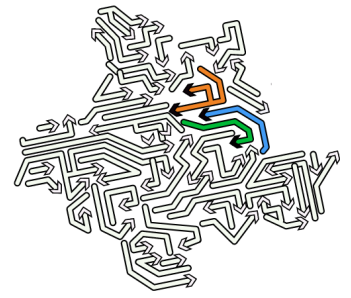
Figura 1 – Mapa do município de Uberlândia-MG

Cidade de Uberlândia-MG: Setor Sul



Fonte: Ellis Roza Passos, 2023.

Partimos então para uma leitura, percepção e descrição dos elementos da paisagem do Setor Sul, utilizando a fotografia para uma análise de planos. A imagem revela informações acerca do uso do solo na cidade explicado sob a visão dos princípios lógicos de distribuição, que “Exprime como os objetos se repartem pelo espaço”, e de extensão, que se define como “Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.” (BRASIL,



2018). A intenção é de responder o “como” pela descrição da paisagem, seguindo o tripé metodológico.

Figura 2 – Fotografia do Setor Sul de Uberlândia-MG e seus planos de observação.



Fonte: Ellis Roza Passos, 2023.

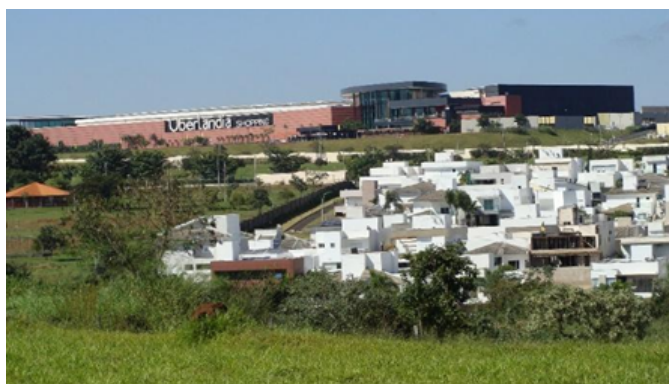
O plano 1 é marcado pelos muros do condomínio de luxo Solares da Gávea, que exprime a autoss segregação dos habitantes desse loteamento com o espaço público. O plano 2 é o condomínio em si, que mostra as casas de alto padrão que estão presentes no bairro Gávea. O plano 3 é o Parque Municipal Gávea, que foi criado a partir de medida compensatória ambiental para os loteamentos Gávea Paradiso e Solares da Gávea. No Plano 4 é possível observar o bairro Morada da Colina. Por último, o Plano 5, é visto o centro da cidade de Uberlândia, que se revela pela verticalização do espaço.

Desse modo, princípio lógico de distribuição é observado pelo uso e ocupação do solo, como cada parte desse plano é dividido de acordo com a função do espaço, e a dinâmica urbana. O princípio lógico de extensão pode ser respondido pela continuidade da urbanização que é vista na fotografia, causada pela produção do espaço.

Por fim, respondendo ao “por quê” do tripé metodológico na investigação do Setor Sul de Uberlândia, é feita a análise de fotografias que marcam as contradições próprias da sociedade capitalista na paisagem. Para entender essas relações, foi recuperado os princípios

lógicos de analogia, que é “Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.”, e o princípio lógico de conexão, onde compreende-se que “Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.” (BRASIL, 2018).

Figura 3 – Fotografia dos bairros Gávea e Shopping Park no Setor Sul de Uberlândia-MG



Fonte: Lidiane Aparecida Alves, 2020.

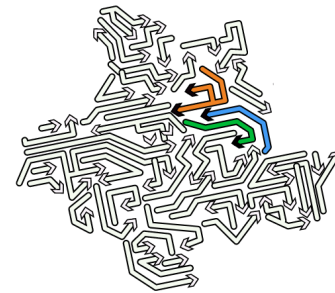


Figura 4 – Fotografia dos bairros Morumbi e Paraisópolis na Zona Sul de São Paulo-SP.



Fonte: Hélio Romero/Estadão Conteúdo, 30/11/2006.

As figuras 3 e 4 são ótimos exemplos de contradições materializadas na paisagem do espaço urbano, a desigualdade social. O Setor Sul de Uberlândia, assim como a Zona Sul de São Paulo, segue a ideologia de que são lugares para pessoas ricas, o como um setor privilegiado. Ele possui características geográficas que expressam amenidades para aqueles que possuem maior poder aquisitivo, como relevo plano e propício para a expansão urbana.

O princípio lógico de analogia pode ser desenvolvido como um exercício de comparação entre a figura 3 e a figura 4, em que a desigualdade existente em Uberlândia não é exclusiva daquele espaço, e que pode ser vista em outros lugares devido aos interesses de agentes sociais, e o modo de organização das relações homem-homem e homem-meio, que transformam a paisagem. O princípio lógico de conexão compreende as relações que existem entre os bairros mais abastados e os menos favorecidos. Ou seja, as pessoas dos bairros periféricos tendem a se deslocar para trabalhar em bairros centrais ou privilegiados, porque morar neles é mais caro por diversos fatores, como as amenidades físicas, concentração de comércio e prestação de serviço, melhor acesso ao transporte público e qualidade de vida. Em contrapartida, os bairros ricos precisam de mão de obra para que esses serviços funcionem, podendo ser no shopping center ou nas casas de alto padrão, o que ocorre tanto em Uberlândia quanto em São Paulo.



Considerações finais

A contribuição desse estudo é mostrar um caminho possível para a construção do raciocínio geográfico, através do tripé metodológico e os conceitos estruturantes fundamentais da geografia. O contato com as paisagens do cotidiano auxilia na reflexão sobre a realidade do indivíduo, e como processos espaciais podem (re)produzir a desigualdade social através da fragmentação socioespacial. Assim, compreender a cidade em toda sua complexidade, partindo do visível (do físico, do que é materializado aos olhos e sentidos) e passar para o invisível (como a organização social dentro da cidade, divisão do trabalho, precarização de moradias e interesses econômicos na reprodução da pobreza), é de grande importância para o pertencimento do sujeito que vive na cidade, para o desenvolvimento do raciocínio geográfico, e a construção dos conhecimentos em Geografia.

Finalmente, pretende-se a partir da conclusão deste artigo realizar a continuidade do estudo sobre a desigualdade no espaço urbano e como é possível pelo pensar geográfico, e como transpor esses conhecimentos para o público, por meio da divulgação científica e educação geográfica no ensino básico.

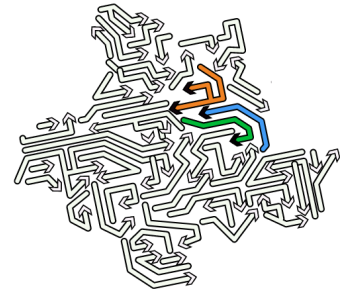
Referências bibliográficas

- ASCENÇÃO, V. de O. R.; VALADÃO, R. C.; SILVA, P. A. da. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do Raciocínio Geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 99, p. 34–51, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1465>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.
- CASTRO, E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 2005.

8º Encontro Regional de Ensino de Geografia

Linguagens, formação docente e práticas educativas no ensino de geografia

Universidade Estadual de Campinas, 21,22 e 23 de setembro de 2023



INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades.** São Paulo, julho de 2022. Disponível em:

<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Milton. **A Metamorfose do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.